

Mobilização fascista, abismo democrático e ruptura institucional

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo: O artigo aborda a truculência das hordas da extrema-direita brasileira que continuamente atenta contra a segurança pública e a estabilidade, a dignidade, a constitucionalidade democrática de nossas instituições, em nome de uma visão política tacanha, obscurantista e ignorante, inclusive chancelada pelo poder presidencial.

Palavras-Chave: Crise Democrática; Ódio; Fascismo; Reacionarismo.

Fascist mobilization, democratic abyss and institutional rupture

Abstract: The article addresses the truculence of the hordes of the Brazilian far-right that continually pays attention to public security and stability, dignity, the democratic constitutionality of our institutions, in the name of a narrow, obscurantist and ignorant political vision, even as a chanced by presidential power.

Keywords: Democratic Crisis; Hate; Fascism; Reactionarism.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; Coordenador do Curso de Administração da FACC-UFRJ.

A violência sectária é com grande frequência um elemento precursor de colapsos democráticos
(LEVISTKY & ZIBLATT, 2018, p. 67).



Introdução

Vivemos em uma era de obscurantismo institucional, no qual os paradigmas da democracia liberal (sempre contraditória e politicamente limitada) cada vez mais são vilipendiados. E isso se reflete na promiscuidade entre ações governamentais insanas e interesses econômicos contrários ao bem comum. Em países com déficit democrático, isto é, desprovidos de uma democracia substantiva ancorada na solidez das instituições constitucionais e com ampla participação social na esfera pública, os esforços epidemiológicos para o combate ao COVID-19 foram sabotados por poderes políticos contrários aos paradigmas da ciência, da racionalidade e da técnica, em nome de obtusas ideologias necrófilas que alçam a ignorância como o patamar da sociabilidade. Vidas humanas, na era global de destruição dos direitos sociais, valem menos do que as empresas. O poder corporativo alcança assim sua

hegemonia, atuando como o verdadeiro poder político que manipula as governanças estabelecidas. Difusão de mentiras em redes sociais e aplicativos comprovam a liquefação do poder da verdade e da informação na esfera pública, favorecendo assim aos propósitos niilistas de grupos que prosperam com o caos, o medo, a incerteza e a barbárie. Na realidade brasileira, esse papel degenerativo foi muito bem operacionalizado pelas bases virulentas do bolsonarismo, alinhados ao espectro de uma extrema-direita incapaz de respeitar a constitucionalidade das ordenações jurídicas e parlamentares.

Nossa geração não vivenciou uma situação tão perigosa como essa, e precisamos, inevitavelmente, ter nervos de aço para enfrentar esse grande risco pandêmico. Adequamos nossas vidas aos postulados epidemiológicos de assepsia, distanciamento social, isolamento social. Fizemos isso não por

ódio à sociedade, mas por amor à humanidade, por mais paradoxal que isso pareça, pois esperamos colher os resultados positivos desses sacrifícios existenciais posteriormente. A má-fé da direita xucra, em sua aversão niilista pela vida humana, apregoa que as medidas restritivas para contenção da COVID-19 são violações das liberdades individuais e sendo assim os poderes públicos não teriam qualquer direito em adotar técnicas coercitivas contra as pessoas desprovidas de urbanidade e de senso de coletividade social. Nossa própria letra constitucional prega a necessidade de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e no tocante ao uso de máscaras ou imposição de isolamento social, a luta pelo bem comum prepondera perante as inclinações privadas das pessoas.

Direita xucra e ódio político

A extrema-direita necessita da tensão beligerante para fomentar a sua base política. Para camuflar suas ideias difusas e confusas, direciona o seu ódio para as figuras antagônicas com as quais estabelece oposição mortal. Conforme a localidade, o inimigo pode ser o judeu, o muçulmano, o liberal, o homossexual, o cigano, o comunista etc. Não importa quem é o espectro contrário, a direita xucra vive sob a onda corrosiva do ódio, mas considera que essa disposição violenta é sinal de patriotismo, comprometimento moral e engajamento social pelo progresso nacional. Por isso seus projetos políticos são agressivos, destrutivos, truculentos, características brutas transmitidas pelo nome de “renovação política”, de “transformação radical da realidade”. Nada mais enganoso, pois a extrema-direita visa conservar um ideal social estático, enraizado nos princípios da pátria, da família e mesmo da crença em um deus

punidor tão ao gosto do fundamentalismo religioso, qualidades assim contrárias ao espírito revolucionário, que solapa a estrutura política existente em nome de uma nova configuração social que dissolve justamente a tradição e a ordem estabelecida. Para realizar esse projeto, a extrema-direita fascista depende do viés autoritário, no qual se elimina o consenso, a constitucionalidade, o espírito de tolerância, o debate, a racionalidade política e a dimensão societária da alteridade. De acordo com Boaventura de Sousa Santos,

Tanto na versão hegemônica da modernidade ocidental, a globalização neoliberal, como nas teologias políticas fundamentalistas, o autoritarismo alimenta-se do encolhimento do espaço público e da crise do Estado, reforçando-as (SANTOS, 2014, p. 96).

No *modus operandi* autoritário, toda ação executiva é imposta, e cabe ao povo se adequar diante dessa arbitrariedade, muitas vezes incompetente e despreparada, mas que, por possuir o monopólio da força bruta, consegue se blindar de qualquer reação social. Marilena Chauí argumenta que “O pensar autoritário tem a peculiaridade de precisar recorrer a certezas decretadas antes do pensamento e fora dele para que possa entrar em atividade” (CHAUÍ, 2013, p. 27). A mentalidade autoritária age assim por um impulso agressivo, usualmente inconsequente, pois visa satisfazer seu gozo por destruição e violência sem qualquer tipo de impedimento externo.

Aqueles que amam o legado ditatorial acreditam fazer parte de uma revolução nacional que colocará o país nos eixos da moralidade e do sucesso nos seus

empreendimentos. Contudo, o parâmetro dessa meta não é o futuro incerto, desconhecido, que exige paciência, capacidade técnica, diálogo, expertise, mas o passado, mitificado como a boa época, afinal, não havia ativismo social, não havia contestação das autoridades tradicionais. 1964 é o ano glorioso para essa gente. Mediante esse apego ao poder militar e seus horrendos crimes contra a sociedade brasileira, a horda direitista não percebe que sua pretensa mobilização revolucionária no fundo é reação contra nossa incipiente substancialidade democrática.

A direita xucra não reconhece a dignidade do presente, imputado como moralmente corrompido, e pretende assim fazer ressurgir o fantasma de um passado idealizado como melhor, pois havia ordem, controle, dever absoluto, autoridade (isto é, autoritarismo). Mesmo que os regimes fascistas originais tenham empreendido evidentes resultados na industrialização e nas atividades tecnológicas nacionais, o elã espiritual que orientou suas ideologias residiu no retorno do passado glorioso, considerado expressão da força, da expansão das suas fronteiras e dos seus mitos identitários de formação cultural. Por isso o progresso material, desvinculado de um desenvolvimento sociopolítico que promova o aprimoramento da qualidade de vida da população e o bem comum, muitas vezes é insatisfatório como um projeto civilizacional. Afinal, pode-se alcançar um nível elevado de infraestrutura técnica e de produção de recursos sem que a população como um todo se beneficie substancialmente desse superávit e, tanto pior, se encontre em efetiva relação de dominação econômica e social nesse processo,

mediante exploração laboral, dificuldade de acesso aos serviços públicos, baixo acesso aos bens materiais, empobrecimento endêmico, dentre outras situações péssimas. Leonardo Boff esmiúça muito bem essa questão, ao destacar que

O caráter claramente republicano da democracia vai além da neoliberal e privatista. Em outras palavras, o bem comum deve ganhar centralidade, e somente em seguida o bem privado. Isso se concretiza por políticas sociais que atendam às demandas mais gerais da população a partir das necessidades e deixados para trás (BOFF, 2018, p. 127-128).

A hipocrisia direitista condena as mobilizações revolucionárias inspiradas pelo socialismo/comunismo, pois visariam uma apregoada supressão das liberdades individuais em prol do coletivismo e do fortalecimento do poder estatal. Ora, mesmo os partidos engajados no célebre programa marxista-leninista não abdicam do viés eleitoral-parlamentar para que consigam realizar seus projetos de transformação radical da sociedade, e quando conquistam representação parlamentar seus membros se caracterizam pelo combate ardoroso contra os dispositivos autoritários da máquina governamental que viola a cada dia os direitos civis com sua truculência e necrofilia. A liberdade defendida pelo reacionarismo social é a liberdade do consumidor, liberdade do mercado, liberdade de compra e de venda.¹ Pautas progressistas sobre as liberdades dos

¹ “A liberdade é uma grande palavra, mas foi sob a bandeira da liberdade de indústria que foram feitas as piores guerras de pilhagem e é sob a bandeira da liberdade de trabalho que os trabalhadores são espoliados” (LENIN, 2006, p. 110).

costumes são desprezadas e moralizadas, imputadas como pecaminosas e contrárias aos “mandamentos divinos”. Contudo, quando a liberdade de circulação social do “cidadão de bem” é afetada por sábias medidas governamentais amparadas por critérios científicos, quando o “cidadão de bem” é obrigado a se adequar aos procedimentos sanitários para não contaminar terceiros, aí trata-se de “violação da sua dignidade pessoal”, “violação da sua sagrada liberdade”, circunstância que lhe permite, com a anuência demagógica do presidente, cometer atos de desobediência civil, que lhe seriam ainda mais facilitados com o porte de armas de fogo. Cada pessoa se tornaria assim guardiã de si mesma e de sua santa propriedade, desonerando talvez as forças de segurança pública de seu ofício fundamental. Afinal, um “cidadão de bem” deve agir como um leão e não depender dos aparatos do Estado para se defender das ameaças violentas. A direita xucra odeia o narcotráfico, mas condescende com o crime organizado das milícias, composta, em sua grande maioria, por policiais e agentes de segurança muito bem qualificados. Uma civilização fascista seria composta por zonas sociais de milícias civis, bem armadas e prontas para exterminar seus oponentes. Para Rubens Casara,

No Estado Pós-Democrático, em nome do mercado e do capital financeiro, a complexidade do pensamento é desconsiderada, as nuances de uma imagem ou obra não são percebidas e o moralismo recupera um espaço que se imaginou perdido. O inimigo é a alteridade, aquilo que ainda consegue revelar o que as tentativas de uniformizar o mundo insistem em negar (CASARA, 2017, p. 80).

Por isso o ultraliberalismo econômico se acoplou tão bem ao espírito reconfigurado do fascismo de mercado, adaptado assim para as novas demandas de uma sociedade capitalista que pressupõe um poder estatal que favoreça ao máximo os negócios empresariais e a repressão violenta de qualquer contestação aos ditames financeiros. Essa direita xucra que tanto defende o conceito genérico de “liberdade” e que se horroriza com o conceito de “Ditadura (Revolucionária) do Proletariado” é a mesma que vocifera pela instauração de uma nova Ditadura Militar e suas variações reacionárias na esfera social. A degenerescência política dos idólatras das governanças autoritárias capitaneadas por militares camufla um detalhe importante: grosso modo, apenas os membros das classes dominantes se encontram a salvo das ações truculentas dos agentes ditatoriais. Pobres, pretos, favelados, suburbanos, trabalhadores e toda a grande massa da base da pirâmide social sempre são os alvos prediletos da ação repressora das forças policiais e das tropas do exército. Vã ilusão moralista dos direitistas desprovidos de meios de produção, crédulos que apenas suas virtudes cívicas são necessárias para a preservação das suas liberdades sociais em um eventual regime ditatorial, desconsiderando que em nossa sociedade classista, preconceituosa e verticalizada, as garantias constitucionais-democráticas-republicanas usualmente são interpretadas como letra morta e descaradamente violadas pelos poderes estabelecidos. Os delitos dos membros da plutocracia sempre são tratados com amistosa leniência pelo sistema penal e pelas forças policiais. Conforme

salienta Achille Mbembe, “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder” (MBEMBE, 2018, p. 5).

A democracia liberal apresenta uma série de contradições e falhas estruturais, mas em relação aos regimes despóticos, autoritários e ditatoriais é um avanço civilizacional significativo. Na conjuntura global da refração democrática é um tanto temerário que questionemos sua viabilidade, uma vez que alternativas mais revolucionárias talvez sejam tecnicamente inviáveis no momento, pois são os regimes fechados, defensores do status quo econômico e das estruturas sociais elitistas, que se consolidam e perpetuam sua hegemonia pelo mundo orientado pela cartilha neoliberal. Isso não significa que não possamos mobilizar forças políticas pela instauração de governanças revolucionárias ou mesmo razoavelmente reformistas que promovam mudanças substantivas nas estruturas socioeconômicas do país. Contudo, como a virulência fascista se infiltra abertamente, é crucial que se estabeleça uma frente única para bloquear o frêmito reacionário desses grupos que não hesitam em partir para o combate aberto contra a democracia sempre que se sentem à vontade diante da inércia institucional que apenas observa placidamente essas mobilizações autoritária. Isso também se aplica na rede virtual, colonizada cada vez mais pela massificação da ignorância e da instrumentalização do ódio fascista contra a democracia. Porém, a solução não é nos desvencilharmos da Internet, mas que a reconquistemos como um espaço ubíquo de politização democrática e comunhão social, tal como a legítima

utopia universalista das origens da Cibercultura pressupunha. Conforme argumenta Renato Janine Ribeiro,

Se a Internet, hoje, mais impulsiona o ódio do que o diálogo, é porque hipertrofia traços da sociedade atual. Mas, se conseguirmos fortalecer o diálogo, ela poderá ser uma ferramenta relevante para fazê-la proliferar (RIBEIRO, 2017, p. 269).

Catástrofes humanitárias, para o bem ou para o mal, estimulam a erupção dos aspectos mais grotescos, truculentos e insanos de sociedades desprovidas de plena substancialidade democrática, como é o caso do Brasil sob a presidência de Bolsonaro. Vitória eleitoral, condição indispensável para o exercício do ofício democrático do cargo mais elevado em nossa constituição republicana, não significa necessariamente pleno cumprimento institucional dos nossos parâmetros democráticos. Por isso a importância da vigilância constante sobre os poderes estabelecidos, exercício cívico que tanto incomoda aqueles que pretendem governar através de procedimentos autoritários, bonapartistas ou ditatoriais. Essas lideranças anseiam executar suas decisões como instâncias autocráticas de caracteres inquestionáveis, como se expressassem uma vontade superior, para além da compreensão humana comum e das suas contingências. Daí o caráter messiânico autoatribuído desses líderes energúmenos. Jornalistas são agredidos por desempenharem suas atividades profissionais regulares e questionarem as sandices presidenciais. Steven Levitsky e Daniel Ziblatt afirmam que

Para um demagogo que se sente sitiado por críticas e de mãos atadas pelas instituições democráticas, as

crises abrem janelas de oportunidade para silenciar e enfraquecer rivais [...] Para demagogos cercados por restrições constitucionais, uma crise representa uma oportunidade para começar a dismantlar o inconveniente e às vezes ameaçador sistemas de freios e contrapesos que vem com a política democrática (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 96; p. 98)

Não podemos negar a existência de traços carismáticos nessas personalidades alinhadas com disposições autoritárias e ditatoriais, mas cabe salientar que se trata de um carisma nascido do ódio, da raiva, do ressentimento figadal por muito tempo recalcado na vigência de nossa restauração democrática constitucional e suas políticas progressistas de inclusão social. Esse carisma virulento que amalgama as massas de seguidores devotados incondicionalmente para a causa do prócer alinhado com a linha dura de regimes fechados difere substancialmente da energia política que envolve a práxis de um líder carismático progressista, capaz de unir as massas pelo amor, pela esperança, pela justa indignação perante as injustiças sociais, sem fazer dos afetos reativos, por conseguinte, o seu motor originário de atuação política. A liderança autoritária deseja a polarização política decorrente da instauração da lógica do inimigo e a sua subsequente excitação nervosa para melhor manipular os seus asseclas; a liderança democrática trabalha em prol da conciliação social, mesmo que para isso perca a radicalidade muitas vezes necessária para realizar reformas políticas fundamentais, enfrentando assim os interesses corporativos da plutocracia.

Os zumbis digitais, instigados pelo famigerado gabinete do ódio, replicam aos opositores do presidente virulento para que deixem-no trabalhar, que as reclamações atrapalham, dentre outros exemplos de infantilismo político, já que é da natureza do poder executivo saber lidar com as insatisfações dos segmentos partidários contrários ao status quo. Esse discurso reativo em defesa da sacralidade presidencial visa apenas neutralizar qualquer tentativa de contestação política aos atos ímprobos do líder mítico, incapaz, inclusive, de se autogovernar. Na vigência da pandemia do COVID-19, quem menos trabalhou efetivamente em prol da salvação nacional foi o presidente, cabendo ao parlamento nacional, ao poder judiciário e aos governos estaduais e municipais o protagonismo efetivo nas políticas públicas alinhadas com as determinações sanitárias. O presidente, por sua vez, apenas fez questão de demonstrar contínua antipatia pelas medidas epidemiológicas, associadas a um estúpido negacionismo científico e tendencioso lobby empresarial pela reabertura da economia. Sem esquecermos seu papel abjeto como garoto-propaganda do uso da cloroquina, medicamento cuja eficácia para o tratamento da COVID-19 não está comprovada.

O ódio à esquerda vigente na degradação democrática brasileira constantemente acusa o período presidencial do PT de aparelhamento das instituições para satisfazer as suas articulações políticas, mas o governo Bolsonaro, paladino do moralismo cristão e do militarismo social, empreende um aparelhamento sem igual em nossa história republicana, pois mobiliza todos os esforços jurídicos e realiza as mais disparatas gambiarras

corporativistas para blindar seus familiares e amigos de quaisquer riscos penais. Toda vez em que desponta uma acusação evidente contra a base bolsonarista inicia-se o processo de ameaça institucional, tal como o fedelho que leva a bola embora quando perde o jogo de futebol com seus colegas. A coisa pública é assim gerenciada conforme os mais arcaicos paradigmas patrimonialistas. Constatamos o estabelecimento de uma grande aliança reacionária que não ergue pontes para o futuro, mas que chafurda o Brasil na miséria ideológica e no retrocesso institucional, pois não são os interesses nacionais que se tornam o norte dessa governança errática, mas o sucesso familiar. “Minha família acima de tudo”, eis o verdadeiro lema dessa direita xucra e irresponsável.

Os segmentos ultrarreacionários da sociedade brasileira consideram como “comunista” qualquer gestão política que vise estabelecer uma agenda progressista em sua linha de atuação. Qualquer ameaça pretensa aos bons costumes e aos valores tradicionais da família patriarcal são imputadas, raivosamente, como uma ação satânica para desmoralizar o espírito nacional. No plano econômico, qualquer medida distributivista implementada por governos do espectro de esquerda, ainda que por mais esquálida que seja, é compreendida como uma violação dos direitos de propriedade, os únicos que as elites reconhecem como legítimos, todos os demais direitos são considerados como invencionices esquerdistas, interpretação distorcida que revela o déficit de conhecimento histórico dessas classes mais abastadas. Segundo Luis Felipe Miguel,

A paulatina ampliação do politicamente dizível, com a

emergência do discurso contrário à solidariedade social propagada pela extrema-direita, permitiu que uma fatia importante das classes médias assumisse de forma clara seu desconforto com a redução da distância que a separava dos pobres (MIGUEL, 2018, p. 26).

Qualquer ameaça ilusória à santidade da propriedade privada motiva nessa elite antissocial os afetos mais reativos, daí os anseios por repressão policial, armamentismo social e até mesmo extremado senso de punitivismo penal contra os movimentos sociais engajados na defesa da reforma agrária e da reforma dos espaços urbanos. Essa chusma reacionária brinca com sua própria sorte, pois se de fato houvesse uma intensa mobilização comunista no Brasil, se nossa governança fosse comunista, não haveria espaço no debate político para essa excreção fascista que tanto ameaça nossa civilidade social. O fascismo prospera onde há um vazio de mobilização política dos segmentos associados aos paradigmas democráticos, onde as massas trabalhadoras se submeteram ao medo da repressão e da morte. A extrema-direita, irracionalista, truculenta, negacionista e virulenta, se apregoa como a defensora da moralidade patriótica e sonha com a espúria instauração da Intervenção Militar com a manutenção do cargo presidencial nas mãos do seu mito energúmeno, montado não em um corcel branco, mas em um pangaré raquítico. O líder que pretensamente conduziria o Brasil ao progresso guia nossa sociedade para o abismo institucional, por sua contumaz má-fé política e incompetência gerencial em lidar com situações que exigem bom senso, discernimento e compromisso republicano com o bem comum. Para

escamotear suas deficiências cognitivas e morais, o presidente se utiliza da retórica do confronto constante, do maniqueísmo ideológico, do irracionalismo, do sensacionalismo, apelando para os instintos reativos das massas de seguidores que não orientam suas vidas conforme os critérios da logicidade. Essa simplificação política satisfaz o nível obtuso dos acólitos que não compreendem as complexidades e contradições do exercício político e que enxergam inimigos em todos aqueles que não concordam com disparates estúpidos.

O teor das manifestações direitistas pró-governo federal são explícitas em sua agenda de ódio contra os inimigos políticos, todos os que contestam a voz embrutecida do seu líder. Daí a importância, para esses núcleos autoritários, da posse de armamento pesado entre os seus membros para que eles possam eliminar toda forma de resistência política aos seus anseios truculentos. Para um direitista feliz, uma arma é uma extensão de sua própria corporeidade, corporeidade cancerosa, pois a significação humana do fascista se dá pela destrutividade e não pela criatividade. O fascista pretende fazer do medo da agressão o elemento castrador das ações dos opositores. Segundo Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, “O protesto público é um direito básico e uma atividade importante em qualquer democracia, mas seu objetivo deve ser a defesa dos direitos e das instituições, não sua ruptura” (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 206). Apesar do caráter caricato que esses grupelhos fascistas apresentam em suas imagens públicas e mobilizações coletivas, não podemos considerá-los apenas como figuras desviantes desprovidas de maior

importância social. São pessoas perigosas que ameaçam a estabilidade nacional, e o discurso de ódio que apregoam em suas manifestações é o menor dos males que portam. As ações dessas organizações são financiadas por empresários mancomunados com projetos políticos de exceção que lhes proporcionariam maiores dividendos econômicos em uma sociedade ditatorial, assim como por parlamentares que desconhecem a essência da letra constitucional. Conforme corretamente colocado, as ações dessas milícias fascistas não se coadunam com os paradigmas da liberdade de expressão, são antes arroubos autoritários que atentam contra a ordem pública e por isso passíveis de punição. Não sabemos as intenções plenas dessas mentalidades direitistas, mas evidências concretas são amplamente difundidas. Não são nem os 300 de Esparta nem os 300 de Gideão, mas essas células fascistas, adeptas da violência terrorista, impedem a razoável conciliação nacional.

Problemas institucionais brasileiros

Alguns segmentos do mercado, indo de encontro aos princípios da responsabilidade social e do marketing sustentável, conseguem conciliar sem maiores preocupações deontológicas a busca por eficiência econômica em estruturas sociopolíticas autoritárias e democraticamente instáveis. Contudo, apesar das irresolvíveis contradições imanentes do sistema capitalista, é possível, conforme as resoluções propostas por lideranças organizacionais, o estabelecimento de práticas empresariais em razoável conformidade com as garantias constitucionais, com a dignidade da pessoa humana, com a preservação ambiental, com as políticas corporativas

de inclusão social, perspectivas que fortalecem o Estado Democrático de Direito. Grandes conglomerados empresariais prosperam com regimes autoritários que retiram direitos trabalhistas, flexibilizam regras de preservação ambiental e outros ataques afins, aumentando o índice de lucro dessa plutocracia alheia ao bem-estar social, pois não encontra nenhuma resistência popular efetiva para bloquear suas práticas predatórias. Por conseguinte, o empresariado que vilmente se alia aos poderes tirânicos em nome da rentabilidade financeira imediata cada vez mais corre o risco de perder credibilidade junto aos setores mais progressistas da opinião pública, perdendo assim grande fatia de mercado. As violações corporativas são a tônica da economia ultraliberal, mas as prédicas deontológicas da responsabilidade empresarial talvez venham a exercer um papel moderador no gerencialismo plutocrático, uma reforma estrutural que não resolve de maneira alguma as contradições dos dispositivos capitalistas, mas ao menos atenuam sua ferocidade destrutiva.

O presidente não é o Guardião da Constituição, tampouco pode se confundir com ela. Corremos sempre risco institucional quando o poder executivo pretende se sobrepor aos demais estamentos para concretizar seus intentos obscuros, difusos e antidemocráticos. Já dizia Carl Schmitt que “O clamor por um Guardião da Constituição é, na maioria das vezes, um sinal de delicadas condições constitucionais” (SCHMITT, 2007, p. 1). Vemos lamentavelmente alguém que permaneceu por longos anos no baixo clero do parlamento brasileiro e que talvez não tenha aprendido nada substancial acerca da harmonia e

independência dos poderes, e agora, adornado com sua faixa presidencial, não aceita freios para sua sanha sociopata. O presidente não quer ser limitado em seus propósitos de destruição do meio ambiente, de supressão dos direitos trabalhistas, da previdência social e do ensino universitário brasileiro, sempre em nome da plutocracia que chancela e financia essa gestão niilista.

A tarefa fundamental em nosso processo de superação da decadência democrática consiste na defesa das instituições republicanas, ameaçadas constantemente pelas organizações milicianas que aspiram a uma grande crise política para que consigam implementar sua agenda reacionária na sociedade brasileira. Reconhecemos as limitações e falhas do legislativo e do judiciário, mas são estruturas capitais para a manutenção de nossa normalidade constitucional. As instituições são boas, as pessoas que ocupam os cargos é que usualmente não estão à altura dessas elevadas funções. Por conseguinte, urge um aprimoramento técnico e comprometimento republicano de congressistas, magistrados e seus respectivos quadros de assessoria. Para tanto, não basta apenas que as urnas elejam os representantes das genuínas causas sociais, mas também que haja constante fiscalização do sistema judiciário, tradicionalmente atrelado ao status quo, a plutocracia das classes dominantes, apresentando com toda severidade a punição aos pobres e a constante leniência com os crimes dos ricos. Por isso somente a afirmação da dignidade democrática mediante constante engajamento social permite que a ação parlamentar e a burocracia judiciária atuem em sintonia com os

propósitos republicanos. A direita xucra, por sua vez, apenas anseia destruir essa ordenação legislativa-judiciária, para que o poder executivo atue sem qualquer tipo de oposição, apenas em conformidade com sua obscura vontade. Sempre importante ressaltar que nem todos os parlamentares e nem todos os magistrados são incompetentes, desqualificados e desonestos, e são as generalizações raivosas dos extremistas que prejudicam uma compreensão mais apurada das complexidades relacionais do legislativo e do judiciário. Repetindo, as instituições são ótimas e úteis, são os ocupantes que não realizam dignamente o papel público que se espera deles. Qualquer postura extremista que vá contra a preservação da legitimidade desses poderes é uma insanidade golpista. Rubens Casara salienta que

Com a demonização da política, a população passa a desejar ser gerida por outsiders, pessoas que se apresentem como heróis ou gestores, mas sempre políticos que, ardidamente, se afirmam não-políticos. O messias age em nome do povo sem mediações políticas ou jurídicas [...]. Ligada à identificação de um messias está a demonização daqueles que pensam diferente ou que não possuem valor dentro da lógica que se extrai da razão neoliberal (CASARA, 2017, p. 182-183).

Um dos nossos problemas políticos mais evidentes consiste na crise da representatividade. Apregoa-se que os partidos se desvitalizaram e se afastaram dos anseios sociais, tornando-se apenas máquinas de captação de recursos públicos. Essa imagem só é correta no tocante aos partidos fisiológicos, desprovidos de

comprometimento com suas ideologias e espectro político. Com efeito, temos partidos ditos trabalhistas que são totalmente atrelados aos interesses empresariais, temos partidos progressistas que são defensores de pautas conservadoríssimas, temos partidos republicanos que são eivados de lideranças cujas condutas são antirrepublicanas, temos partidos que são sociais-democratas apenas no nome, temos partidos democratas-cristãos que são cúpulas teocráticas fundamentalistas protofascistas. Essa dissociação entre teoria e prática dos partidos fisiológicos é a própria inviabilização ideológica destes, e não um mero problema secundário, como uma voz seráfica poderia afirmar. Afinal, são esses partidos que não cumprem com rigor os seus programas originais que compõem o amálgama difuso do dito “centrão”, que nada mais é do que uma direita oportunista capaz de se associar com partidos da esquerda reformista em coalizações táticas necessárias para o avanço de pautas necessárias para o bom ordenamento político quando as circunstâncias permitem esse progresso significativo nas pautas governamentais. Contudo, como bloco instável e volúvel, o “centrão” é facilmente cooptado e comprado pelo poder hegemônico (não importa sua qualidade e orientação ideológica), e assim pode ser uma massa de manobra muito eficaz para que as governanças antipopulares e autoritárias implementem suas ações desajustadas contra a boa estruturação social. Grande parte dos parlamentares desses partidos são desprovidos de propostas políticas substantivas e fazem dos seus mandatos uma oportunidade para satisfação dos seus interesses particulares e associações indébitas com estruturas sociais obscurantistas. O

“centrão” é assim o retalho da política republicana.

Afirma-se frequentemente que o sistema político brasileiro está inchado de partidos (muitos deles criados ardilosamente apenas para captação do fundo eleitoral). Porém, não é o excesso de partidos que embota nossa dinâmica política, mas a ausência de substancialidade programática em seus quadros. Talvez a grande quantidade de partidos no sistema eleitoral brasileiro seja um fator que impeça a polarização entre poucos, ainda que, na vigência de um regime presidencialista comandado por uma figura autoritária, a polarização é a tônica.

Considerações finais

Panelaços nas janelas, mobilizações digitais ou notas de repúdio perante as ameaças golpistas e ataques contra as instituições são moralmente legítimas e produzem determinados efeitos políticos, mas não bloqueiam essas forças truculentas antidemocráticas. Quando muito despertam nos setores esclarecidos da opinião pública a necessidade de se vigiar esses segmentos reacionários afinados com o fascismo, mas perpetuam apenas um desejo retórico de contraposição, sem ação efetiva de combate aos elementos autoritários. Os poderes estabelecidos associados ao Estado Democrático de Direito, por sua vez, devem afirmar categoricamente sua capacidade de neutralizar institucionalmente tais ameaças explosivas dessa extrema-direita. Todavia, como a onda fascista é essencialmente extraparlamentar (ainda que razoavelmente sistêmica, pois apoiada por setores oficiais das forças militares e de membros ocultos do poder executivo), talvez apenas coletivos democráticos em

configurações também extraparlamentares consigam rivalizar convenientemente com essa chusma política de ódio, necrofilia e ressentimento social. Mesmo no pico da pandemia da COVID-19 vimos torcidas organizadas de clubes de futebol assimilando com vigor e paixão as causas da democracia e das garantias constitucionais no Brasil, ocupando as ruas de grandes cidades mesmo com o risco de contaminação, ainda que adotando as medidas sanitárias convenientes. Uma vez que grande parte da população adepta do espírito democrático, optando por preservar as suas condições de saúde, não se arriscou a protestar nas ruas contra os delírios autoritários do presidente mentecapto e seus asseclas violentos, torcidas organizadas cumpriram convenientemente bem esse heroico papel de defesa das pautas democráticas, apresentando-se socialmente com uma imagem pública bastante diferente daquela pela qual usualmente são conhecidas. Se não houvesse o risco pandêmico da COVID-19 certamente ocorreriam mobilizações democráticas ainda mais impactantes pelas ruas do Brasil, o que é crucial para o fortalecimento das disputas concreta dos espaços públicos e para a ampliação das narrativas políticas progressistas. Esses movimentos tonificam os ânimos dos seus participantes com os afetos de esperança, alegria, amor, coragem, afetos que estimulam o engajamento político e as disposições dialógicas. É muito importante que as mobilizações democráticas granjeiem a confiança e admiração da opinião pública, transferindo para os reacionários o estigma da estupidez e da falta de empatia social, posto que são doentios defensores da ruptura institucional

brasileira, e assim sendo os verdadeiros inimigos da pátria, apesar das loas que entoam pela nação mitificada. Esse vigor coletivo indubitavelmente ajudou a frear um pouco a desavergonhada mobilização autoritária capitaneada pelos violentos grupos milicianos da extrema-direita, em ações claramente inspiradas pela antidemocrática verborreia presidencial. Tais eventos tenebrosos demonstram os limites substantivos da democracia liberal e sua estruturação institucional, apesar de sua apregoada hegemonia nas nações capitalistas mais desenvolvidas. Diversos setores que aparentemente prosperam em sua égide aderem facilmente ao autoritarismo político e aos seus excrementos miasmáticos sempre que conveniente para os seus propósitos particulares. Por conseguinte, a ação parlamentar progressista sozinha não é a única instância capaz de bloquear a recrudescência do fascismo, mas depende da mobilização dos atores sociais, processo de resistência que não se encerra, por conseguinte, nos quadros dos partidos políticos. Daí a importância capital de se revitalizar os sindicatos, as associações de moradores, as comunidades eclesiais de base, os coletivos políticos, os movimentos sociais e quaisquer outras formas de organizações que visem agregar as pessoas em torno das causas comuns, fazendo assim frente aos blocos governamentais e seus aparelhos operacionais usualmente alheios aos anseios democráticos. Temos um trabalho árduo pela frente, mas toda construção democrática é sempre marcada pelo enfrentamento do perigo e das forças do ódio daqueles que anseiam pelo deserto social. O fascismo

deseja a morte da vida, mas apesar de sua necrofilia e inerente aversão em relação ao mundo, este não deixa de existir. As forças da vida, ao fim e ao cabo, prevalecem.

Referências

- BOFF, Leonardo. **Brasil: concluir a refundação ou prolongar a dependência?** Petrópolis: Vozes, 2018.
- CASARA, Rubens R. R. **Estado Pós-Democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro.** Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer? A organização como sujeito político.** Trad. de Rubia Prates Goldoni. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Trad. de Renata Santini. São Paulo: N-1, 2018.
- MIGUEL, Luis Felipe. “A reemergência da direita brasileira” In: SOLANO GALLEGOS, Esther (Org.). **O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.
- RIBEIRO, Renato Janine. **A Boa Política: ensaios sobre a democracia na era da Internet.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2014.
- SCHMITT, Carl. **O Guardião da Constituição.** Trad. de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

Recebido em 2020-07-20

Publicado em 2020-07-21